YOUSE SEGURADORA S.A.
CNPJ: 24.856.160/0001-03

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

continuação

A Diretoria de Riscos e Controles Internos da CSH foi criada em respeito à exigência normativa e com o objetivo de centralizar o gerenciamento de risco.

As principais responsabilidades da Diretoria de Riscos e Controles Internos são:

- Definir a visão estratégica de *Risk Appetite*;
- Garantir o acompanhamento e a eficácia dos dispositivos de vigilância dos riscos;
- Definir políticas de gestão de riscos de acordo com as diretrizes definidas pela Alta Gestão e monitorar sua implementação dentro de unidades de negócios/filiais e áreas centralizadas;
- Manter a alta administração da CSH informada sobre a evolução do perfil de risco do grupo;
- Revisar e aprovar as políticas de subscrição, resseguro e investimento, levando em consideração os procedimentos referentes a Solvência II, ORSA e IFRS;
- Elaborar o *dashboard* (painel de riscos), destinado à alta Gestão, Acionistas, Comitês de Riscos e Comitê de Auditoria, contendo informações quantitativas e qualitativas do ambiente de controle da Companhia;
- Promover a gestão de risco na cultura da Companhia.

No que tange regulamentos, normas e políticas internas, o gerenciamento de riscos inerentes às atividades da Companhia é apoiado em uma estrutura de Controles Internos e *Compliance*. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua eficácia.

Com o intuito de acompanhar os diversos temas pertinentes à gestão de riscos, a Diretoria de Riscos e Controles Internos organiza regularmente vários comitês, sendo eles, os *Comitês d'Engagements* (avaliação/discussão de oportunidades e viabilidade de produtos levando em conta o apetite ao risco e diretrizes da Companhia), de Investimentos, Riscos Operacionais e Controles Internos, de Crise e de Incidentes de Segurança.

A Companhia conta ainda com o Código de Ética e Conduta e com diversas Políticas e Normativos internos que tratam de questões atinentes à ética e à integridade, à prevenção à fraude, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Além disso, o Canal de Denúncia independente está disponível aos colaboradores e ao público externo para o recebimento de relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares. Após o recebimento pelo Canal de Denúncia, os relatos são analisados e tratados e é verificada a existência de elementos e informações suficientes para que sejam investigados.

Adicionalmente, a Companhia vem implementando ações com o objetivo de melhorar seu ambiente de governança e controle, destacando-se: (i) o fortalecimento da gestão de riscos, especialmente *Compliance* e auditoria interna; (ii) aprovação pela Alta Administração e publicação de novas Políticas e Normativos específicos, relativos à Segurança da Informação e Segurança Cibernética, a prevenção à fraude, entre outros.

4.1. Risco de crédito

O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's*, entre outras. Atualmente, a Companhia utiliza a avaliação da *Moody's*.

A tabela a seguir demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito:

	31/12/2025		31/12/2024		
Composição dos ativos	**Ba1**	**Total**	**Ba2**	**Sem *Rating***	**Total**
Valor justo por meio do resultado	**–**	**–**	**–**	**21.687**	**21.687**
Fundos de investimentos	–	–	–	21.687	21.687
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**52.117**	**52.117**	**37.057**	**–**	**37.057**
Letras financeira do tesouro	9.041	9.041	–	–	–
Letras do tesouro nacional	43.076	43.076	37.057	–	37.057
Exposição máxima	**52.117**	**52.117**	**37.057**	**21.687**	**58.744**

4.2. Risco de liquidez

Risco associado à insuficiência de recursos financeiros aptos para a Companhia honrar seus compromissos, em razão dos descasamentos no fluxo de pagamentos e recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação dos ativos e as obrigações. A falta de liquidez imediata pode impor perdas, em virtude da necessidade de alienação de ativos, com a consequente realização de prejuízo. A liquidez é monitorada através do modelo de gestão de ativos e passivos (*ALM - Assets and Liabilities Management*). O ajuste nos prazos de vencimento das aplicações, segundo a projeção de exigibilidade dos recursos, é monitorado permanentemente, além da manutenção de um volume mínimo de caixa para atender as demandas recorrentes.

A Política de liquidez de ALM vigente determina um conjunto de estratégias e mecanismos de monitoramento dos indicadores dos riscos. Desta forma, a gestão do fluxo de caixa estabelece critérios para gerir a manutenção de recursos financeiros suficientes para cumprir todas as obrigações à medida de sua exigibilidade e um conjunto de controles, principalmente para atingir os limites técnicos, fazem parte da estratégia e dos procedimentos para situações de necessidade imediata de caixa.

No caso da Companhia, o risco de liquidez pode ser considerado baixo, pois considera as projeções revisadas periodicamente dos fluxos de caixa dos passivos e ativos e seu casamento. Além disso, a carteira é constituída, em sua maior parte, por ativos classificados nas categorias "ao valor justo por meio do resultado" ou "ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes", reduzindo, assim, o risco da insuficiência de recursos nas datas projetadas para o cumprimento de suas obrigações.

			31/12/2025
	Até 1 ano	**Entre 01 e 05 anos**	**Total**
Fluxo dos ativos (i)	55.302	9.041	64.343
Fluxo dos passivos (ii)	2.959	500	3.459

				31/12/2024
	Até 1 ano	**Entre 01 e 05 anos**	**Sem vencimento**	**Total**
Fluxo dos ativos (i)	58	37.057	21.687	58.802
Fluxo dos passivos (ii)	2.625	–	–	2.625

(i) O fluxo de ativos considera o disponível, aplicações financeiras e títulos e créditos a receber. Os ativos financeiros foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais. As aplicações financeiras estão classificadas na categoria "ao valor justo por meio do resultado" e "ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes", e em eventual necessidade de liquidez podem ser alienados para cumprir as necessidades de caixa; e

(ii) O fluxo de passivos considera os passivos de contas a pagar.

4.3. Risco de mercado

4.3.1. Gerenciamento de risco de mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas por oscilação de preços e taxas, em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva de uma instituição. O gerenciamento de risco de mercado consiste em mensurar, acompanhar e controlar a exposição das operações financeiras da Companhia, de acordo com um conjunto de práticas compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e as dimensões de exposição ao risco. Entre os riscos inerentes à Companhia, destacam-se o risco de taxa de juros e risco de preço de ações.

4.3.2. Controle de risco de mercado

A metodologia utilizada pela Companhia para medir a exposição aos riscos de mercado é o *Value-at-risk (VaR)*, o qual demonstra a perda máxima da carteira em um dado espaço de tempo, considerando-se um determinado nível de confiança. Os fatores são definidos nos Anexos XX a XXII da Resolução CNSP 432/21, e os limites definidos pela Administração. Dentre as informações utilizadas para o cálculo do *VaR*, como o histórico das cotações dos preços e o comportamento passado da estrutura de juros, não são contempladas variáveis exógenas para efeito das projeções dos cenários, tais como catástrofes naturais, crises econômicas externas ou choques de preços dos ativos.

Para realização dos cálculos, o custodiante utiliza-se dos seguintes parâmetros:

- Modelo não-paramétrico;
- Intervalo de confiança de 99%;
- Horizonte temporal de um dia; e
- Volatilidade sob o critério EWMA.

Apresentamos, a seguir, o *Value at Risk* da carteira de investimentos da Companhia:

Fatores de Risco	**Value-at-Risk**	**DV-1**
Fundos	6	–
Curva de juros Pré	(0)	(119)
LFT	(0)	(102)
Total	**6**	**(221)**

O valor acima representa a perda máxima das aplicações financeiras da Companhia, para o horizonte de tempo de um dia e intervalo de confiança de 99%.

4.3.3. Atribuições relacionadas ao monitoramento de risco

Cabe ao administrador da carteira dos ativos:

- Definir as políticas e metodologias de precificação, de gestão de risco de mercado e de medição de performance para os fundos e carteiras dos clientes;
- Fornecer os preços e taxas de operações marcadas a mercado dos fundos, conforme regras pré-estabelecidas;
- Acompanhar, diariamente os limites de cada fundo, verificando seu enquadramento;
- Produzir os relatórios de risco de mercado da Companhia, diários (simplificados) e mensais (completo), contendo informações sobre o nível de exposição dos fundos de investimentos e carteiras consolidadas em relação a diversos fatores de risco (*VaR*) e de análise de perdas e ganhos (*Stress Analysis*); e
- Verificar o atendimento à legislação vigente e aos mandatos estabelecidos pela Companhia.

Cabe à área de controle de risco da Companhia:

- Monitorar se os limites de alocação foram devidamente respeitados para todos os tipos de ativos;
- Monitorar o risco de perda potencial (*VaR)* das carteiras gerenciais;
- Informar aos gestores em caso de extrapolação dos limites de alocação por ativo e dos limites de perda potencial (*VaR)*;
- Solicitar aos gestores, em caso de desenquadramento, o reenquadramento dos fundos.

5. Disponível

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	22	9
Equivalente de caixa *(i)*	12.076	–
Total	**12.098**	**9**

(i) Refere-se a valores de fundo de investimento destinado para fins de caixa.

6. Instrumentos financeiros

6.1. Resumo da classificação das aplicações e da hierarquia do valor justo

As carteiras dos fundos de investimentos são apresentadas segregadas por tipo de investimento, classificação e prazo de vencimento. Na hierarquia do valor justo, os ativos da carteira são classificados no Nível 1, uma vez que possuem cotação em mercado ativo. As operações compromissadas constituem a única exceção, sendo classificadas no Nível 2, em função da inexistência de preço cotado em mercado ativo e da utilização de dados observáveis na sua mensuração.

						31/12/2025		31/12/2024	
	Até 1 ano	**Entre 1 e 5 anos**	**Valor de curva**	**Valor Justo**	**Ajuste ao valor justo**	**Valor de mercado**	**%**	**Valor de mercado**	**%**
Valor justo por meio do resultado	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**0%**	**21.687**	**37%**
Fundos de investimentos	–	–	–	–	–	–	0%	21.687	100%
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**43.076**	**9.041**	**52.465**	**52.117**	**(348)**	**52.117**	**100%**	**37.057**	**63%**
Letras financeira do tesouro	–	9.041	9.041	9.041	–	9.041	17%	–	0%
Letras do tesouro nacional	43.076	–	43.424	43.076	(348)	43.076	83%	37.057	100%
Total	**43.076**	**9.041**	**52.465**	**52.117**	**(348)**	**52.117**		**58.744**	

O saldo do balanço patrimonial é composto pelo valor de mercado.

6.2. Movimentação das aplicações

A movimentação das aplicações financeiras demonstra-se como segue:

	01/01/2025	**Aplicações**	**Transferências *(i)***	**Ajuste e Valor justo**	**Rendimentos**	**31/12/2025**
Ao valor justo por meio do resultado	**21.687**	–	(21.687)	–	–	**–**
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**37.057**	8.878	–	1.398	4.784	**52.117**
Saldo	**58.744**	**8.878**	**(21.687)**	**1.398**	**4.784**	**52.117**

(i) Refere-se aos valores que estavam em aplicações e foram reclassificados para equivalente de caixa, vide NE 5.

	01/01/2024	**Aplicações**	**Resgates**	**Ajuste e Valor justo**	**Rendimentos**	**31/12/2024**
Ao valor justo por meio do resultado	**5.899**	30.223	(16.793)	–	2.358	**21.687**
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**52.053**	37.288	(54.081)	(2.077)	3.874	**37.057**
Saldo	**57.952**	**67.511**	**(70.874)**	**(2.077)**	**6.232**	**58.744**

6.3. Taxas contratadas

a. Taxas de juros contratadas

A carteira de investimentos da Companhia possui as seguintes taxas de juros contratadas:

	31/12/2025		31/12/2024	
Título	**Maior taxa**	**Menor taxa**	**Maior taxa**	**Menor taxa**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	100% da SELIC	100% da SELIC	–	–
Letras do Tesouro Nacional - LTN	12,26%	11,69%	12,26%	11,69%

7. Títulos e créditos a receber

7.1. Títulos e créditos a receber

São representados integralmente por valores a receber da Caixa Seguradora, relativo a reembolso de custo operacional. O saldo em 31 de dezembro de 2025 era de R$ 128 (31 de dezembro de 2024 - R$ 22).

7.2. Créditos tributários e previdenciários e passivo diferido

A composição, expectativa de efetiva realização e a movimentação, podem ser resumidas como segue:

7.2.1. Composição e movimentação

	01/01/2024	**Constituições (realizações) IR/CS**	**31/12/2024**	**Constituições (realizações) IR/CS**	**31/12/2025**
A compensar	–	126	126	64	191
Ajuste de títulos a valor justo TVM	–	699	699	(559)	139
Diferenças temporárias:	**–**	**3**	**3**	**–**	**3**
Outras provisões	–	3	3	–	3
Total do ativo não circulante	**–**	**828**	**828**	**(495)**	**333**
Diferenças temporárias:	**29**	**(29)**	**–**	**–**	**–**
Outras provisões	29	(29)	–	–	–
Ajuste de títulos a valor justo TVM	(132)	132	–	–	–
Total do passivo diferido	**(103)**	**103**	**–**	**–**	**–**

7.2.2. Expectativa da efetiva realização

A Companhia tem a expectativa da efetiva realização das diferenças temporárias para o exercício de 2026. O valor em 31 de dezembro de 2025 é de R$143.

8. Detalhamento dos principais grupos de contas a pagar

8.1. Obrigações a pagar

	31/12/2025	31/12/2024
Dividendos	802	797
Outras obrigações	21	1
Total	**823**	**798**

8.2. Impostos e contribuições

São representados integralmente pelo IRPJ e pela CSLL a recolher. O saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R$2.121 (31 de dezembro de 2024 - R$1.771).

8.3. Outros débitos

É representado integralmente pela provisão de multa SUSEP. O saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R$500. Não havia saldo nesta conta em 31 de dezembro de 2024.

9. Patrimônio líquido

9.1. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$40.000 em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, e está representado por 40.000.000 (quarenta milhões) de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

9.2. Gestão de Capital

O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender aos requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar o retorno sobre capital para os acionistas.

9.3. Reservas de lucros

a. Reserva legal - É constituída em conformidade com a Lei das Companhias por Ações e o Estatuto, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital. O saldo em 31 de dezembro de 2025 era de R$1.111 (31 de dezembro de 2024 - R$942).

b. Reserva de retenção de lucros - É constituída com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício após considerar o dividendo proposto, a reserva legal e os juros sobre o capital próprio. A Assembleia Geral Ordinária pode deliberar sobre a utilização desta reserva para futuro aumento de capital, reinvestimento nas operações da Companhia ou para distribuição complementar de dividendos. O saldo em 31 de dezembro de 2025 era de R$20.317 (31 de dezembro de 2024 - R$17.113).

9.4. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 25% sobre o lucro líquido do exercício, sendo que esses valores não são atualizados monetariamente, cujos montantes são provisionados no final do exercício corrente.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do Exercício	3.378	3.355
(-) Reserva legal	(169)	(167)
Base de cálculo de dividendos	**3.209**	**3.188**
Dividendo mínimo - 25%	802	797
Dividendos provisionados	**802**	**797**

10. Patrimônio Líquido Ajustado e Adequação de Capital

Em atendimento à Resolução CNSP 432/2022, e suas alterações, as Companhias Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR).

A Companhia apura o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado como demonstrado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Patrimônio líquido	**61.219**	**57.007**
(-) PLA Nível 3 - (C)	(143)	(702)
PLA Nível 1 - (A)	**61.076**	**56.305**
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR	143	702
PLA Nível 3 - (C)	**143**	**702**
Patrimônio líquido ajustado total (A) + (B) + (C)	**61.219**	**57.007**
Capital base *(i)*	**8.100**	**15.000**
Capital de risco de crédito	68	1.825
Capital de risco de mercado	195	4.931
Benefício da correção entre risco	(41)	(1.086)
Capital Mínimo Requerido (CMR) - (E)	**8.100**	**15.000**
Suficiência de Capital (PLA - CMR) - (F)	**53.119**	**42.007**
% Suficiência - (PLA Total (A) + (B) + (C) - (E) / (E))	**656%**	**280%**

(i) A variação observada no capital base em 2025 foi devido reenquadramento prudencial de S1 para S3, aprovado pela SUSEP.

11. Transações com partes relacionadas

Os saldos das operações ativas e passivas da Companhia com as partes relacionadas em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 e seus respectivos resultados dos exercícios 2025 e 2024 são apresentados abaixo:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Empresas Relacionadas *(i)*	**Controlador Direto *(ii)***	**Empresas Relacionadas *(i)***	**Controlador Direto *(ii)***
Ativos				
Caixa e Equivalente de Caixa	9	–	4	–
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	128	–	22	–
Passivos				
Obrigações a Pagar	(20)	–	–	–
Dividendos a Pagar	–	(802)	–	(797)

(i) Empresas relacionadas: Caixa Seguradora especializada em Saúde S.A., Youse Tecnologia e Assistência em Seguros Ltda., Caixa Seguradora S.A., e Caixa Econômica Federal;

(ii) Controlador direto: CNP Participações Securitárias Brasil Ltda.

A Remuneração do pessoal-chave da Administração em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 108 (31 de dezembro de 2024 - R$ 69).

A Companhia não fornece benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho, remuneração baseada em ações ou outros benefícios de longo prazo, para seu pessoal-chave da Administração.

12. Detalhamento das principais contas da demonstração de resultado

Apresentamos a seguir o detalhamento dos principais grupos de contas da demonstração do resultado:

Despesas Administrativas	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Pessoal e administradores	(133)	(97)
Serviços de terceiros	(171)	(174)
Localização	(9)	(12)
Publicações legais	(85)	(20)
Contribuições para entidade de classe	(17)	(30)
Multas diversas	(500)	(45)
Outras despesas administrativas	–	(1)
Total	**(915)**	**(379)**
Despesas com Tributos		
Taxa de fiscalização	(552)	(252)
Outras despesas com tributos	(4)	(8)
Total	**(556)**	**(260)**
Receitas/Despesas Financeiras		
Resultado com títulos de renda fixa	4.784	3.874
Resultado com fundos de investimentos	–	2.358
Resultado com Aplicações - Equivalente de Caixa	2.620	–
Receitas financeiras - juros	64	–
Outras despesas financeiras	(105)	(203)
Total	**7.363**	**6.029**

13. Imposto de renda e contribuição social

Demonstramos a seguir o cálculo de taxa efetiva:

	31/12/2025		31/12/2024	
DESCRIÇÃO	**Contribuição Social**	**Imposto de Renda**	**Contribuição Social**	**Imposto de Renda**
Resultado antes dos tributos e após participações	5.892	5.892	5.390	5.390
(-) Outras variações	–	–	(319)	(314)
Base de cálculo	**5.892**	**5.892**	**5.071**	**5.076**
Taxa nominal do tributo	15%	25%	15%	25%
Tributos calculado a taxa nominal	**(884)**	**(1.473)**	**(761)**	**(1.269)**
Ajustes do lucro real	454	454	9	9
Ajustes temporários diferidos	(1)	(1)	64	64
Total dos ajustes a base de cálculo	**453**	**453**	**73**	**73**
Tributos sobre os ajustes	**(68)**	**(113)**	**(11)**	**(18)**
Incentivos fiscais	**–**	**24**	**–**	**24**
Despesa contabilizada	**(952)**	**(1.562)**	**(772)**	**(1.263)**
Taxa efetiva	**16,16%**	**26,51%**	**15,22%**	**24,89%**

14. Contingências

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 não existiam ações judiciais impetradas contra a Companhia.

15. Comitê de auditoria

O Comitê de Auditoria está constituído na CNP Seguros Holding Brasil S.A. (Controladora), com base na Resolução CNSP nº 432/21, tendo alcance sobre a Companhia. Por essa razão e com amparo no § 2º do artigo 133 daquela Resolução, o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria está publicado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da empresa líder do Grupo.

Diretoria Executiva

Sany de Jesus Mota Silveira - Diretora Presidente

Marco Antonio Barbosa Pires - Diretor Financeiro

Leticia de Oliveira Doherty - Diretora de Riscos e Controles Internos

Conselho de Administração

Eduardo Fabiano Alves da Silva - Presidente

Sany de Jesus Mota Silveira
Maximiliano Alejandro Villanueva

Matheus Neves Sinibaldi
Duncan Frank Semple

Contadora

Roseli de Fatima Bernardi Theobald
Contadora CRC DF 014844/O-0

Atuário

João Roberto Monteiro Soares
Atuário MIBA nº 1167

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Youse Seguradora S.A.
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Youse Seguradora S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Youse Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional.
- Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo
- a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026.

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Carolina Maciel Messias dos Santos
Contadora CRC SP-246031/O-8